

Rezek, o 'xerife' que garante a eleição

Presidência

O cidadão José Francisco Rezek tem 45 anos e só hoje, pela primeira vez na vida, votará para Presidente da República, marcando o "X" no quadradinho de um candidato que escolheu nas últimas horas. Quando ele afirmou, a seus colegas e alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, no dia 10, que estava ainda indeciso, ninguém duvidou: desde que assumiu a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, há sete meses e meio, Rezek tem dado provas, através de declarações e atitudes, de que entregaram a estrela de "xerife" dessa eleição histórica a um brasileiro que saberia se comportar à altura do cargo.

Essa certeza ficou fortalecida durante o episódio criado com a entrada inesperada do empresário Sílvio Santos na corrida eleitoral, duas semanas antes do pleito. Antes de ser tomada pelo TSE a decisão histórica que frustrou as pretensões do proprietário do SBT, Rezek rejeitara com veemência qualquer possibilidade de adiamento ou de anulação do pleito por conta do tumulto provocado pelos patrocinadores do candidato de última hora.

— Nada impedirá a eleição — afirmou o "xerife".

Na véspera do julgamento dos pedidos de impugnação da candidatura, quinta-feira, dia 9 de novembro, durante uma reunião administrativa do TSE, ele dera a todo o corpo de juízes instruções claras: qualquer decisão que fosse tomada não devia dar margem a incertezas. Faltando poucos dias para a votação, os eleitores não poderiam ficar na dúvida sobre quais eram os pretendentes ao Palácio do Planalto. Dito e feito.

Durante os meses que antecederam a eleição, já na Presidência do TSE, o Ministro Rezek foi um defensor da divulgação de pesquisas eleitorais a qualquer momento, convencido de que isso está inteiramente de acordo com o texto constitucional, que garante aos cidadãos total liberdade de transmitir e receber informações.

— O eleitor tem o direito de saber, ainda que na derradeira hora, como está o quadro geral. Esta é a prerrogativa da cidadania garantida pela pesquisa — explicou.

Uma declaração coerente com sua posição acerca do chamado "voto útil". Para ele, o eleitor tem todo o direito de, mesmo já tendo escolhido um candidato, decidir no último momento que vai dar seu voto a outro que também mereça sua confiança,

ao perceber que seu candidato preferido não teria chances de disputar o segundo turno.

Rezek foi, igualmente, um partidário entusiasmado do voto dos jovens de 16 e 17 anos:

— A idade não melhora as pessoas no que elas têm de mais importante:



o juízo de valor, as considerações de ordem ética e moral.

E acrescentou que, porventura, se esses novos eleitores fossem os responsáveis por alguma alteração nos resultados, "certamente será uma alteração para melhor". Da mesma forma, entende que o voto dos analfabetos não é um voto de alienados, mas o resultado de uma decisão adotada por alguém que pode estar perfeitamente cômico de seus direitos, em condições de igualdade com qualquer letrado que saiba discernir.

Rezek discordou da divisão de tempo dos candidatos no horário de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, feita pelo Congresso. Para ele, todos deviam ter o mesmo tempo. Por ele, convém lembrar, não haveria tantos concorrentes e o problema deve ser tratado na raiz.

— Fundar partido não pode ser como fundar uma entidade que vende legumes — comparou.

O Presidente do TSE não aceita que o rotulem mas, decididamente, não pode ser considerado um conservador e dá uma explicação convincente para não se integrar a essa corrente de opinião:

— Eu me oponho à lenda de que um juiz tem de ser conservador. Tomar um caminho conservador, por princípio, é afastar-se do ponto de equilíbrio. É preciso acompanhar a evolução dos valores.

Casado há 18 anos, pai de quatro filhos — a mais velha, Adriana, de 17 anos, votará junto com ele hoje —, Rezek formou-se em 1966 pela Universidade Federal de Minas Gerais, fez cursos de pós-graduação em Harvard e Oxford e defendeu teses na Academia de Direito Internacional de Haia e na Universidade de Paris.

Antes de chegar ao TSE, por indicação do ex-Ministro Leão de Abreu — que exercia a Chefia do Gabinete Civil durante o Governo Sarney —, foi o mais jovem Ministro do Supremo Tribunal Federal (38 anos), desde Alberto Torres e Epitácio Pessoa. Alberto Torres seria Governador do Estado do Rio e Epitácio se tornaria Presidente da República.